

Vida de Sertanista: a trajetória de Francisco Meirelles*

The Life of a Backwoodsman: the trajectory of Francisco Meirelles

Carlos Augusto da Rocha Freire**

Resumo: Este artigo tem por objetivo a realização de uma etnografia histórica das práticas e representações desenvolvidas por um sertanista responsável pelo trabalho de atração e pacificação de povos indígenas no âmbito da política indigenista brasileira. A análise das trajetórias e dos processos sociais que envolveram as disputas de sertanistas num campo indigenista se baseia na abordagem antropológica de histórias de vida, além de um extenso levantamento documental. Nossa intenção, ao centrar a análise na relação do sertanista Francisco Meirelles com o Estado nacional, é compreender a constituição dessa categoria ocupacional, sua identidade social, as excepcionalidades pessoais e as técnicas de poder identificadas à atividade sertanista, além de perceber como intervinham nos processos de territorialização de povos indígenas.

Palavras-chave: Sertanistas; política indigenista; Francisco Meirelles.

Abstract: This article aims at achieving a historical ethnography of the practices and representations developed by a backwoodsman responsible for the work of attracting and pacifying indigenous peoples in the ambit of Brazilian hinterland policies. The analysis of the trajectories and the social processes that involved the disputes of backwoodsmen in the indigenous field, is based on the anthropological approach of life stories, as well as an extensive documental survey. Our intention in focussing the analysis on the relationship of the backwoodsman Francisco Meirelles with the national State, is to understand the constitution of this occupational category, his social identity, the personal exceptionalities and the techniques of power identified in the activity of the backwoodsman, as well as perceiving how they intervened in the processes of the territorialization of indigenous peoples.

Key words: Backwoodsmen; hinterland politics; Francisco Meirelles.

* Este artigo é uma versão resumida de capítulos de minha tese de doutorado *Sagas sertanistas: práticas e representações do campo indigenista no século XX*, defendida no PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, em março de 2005.

** Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ. Pesquisador do Museu do Índio. caugustofreire@uol.com.br

A origem familiar

Francisco Furtado Soares de Meirelles nasceu no Recife (PE), a 21 de fevereiro de 1908. Seu pai, Francisco Ribeiro Soares de Meirelles, foi Senador da República por Pernambuco, tendo tido 11 filhos, todos comunistas, menos Cildo Meirelles, que era um católico, “extremamente religioso” (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2002), além de próximo das idéias positivistas. O mais famoso dos irmãos foi Silo Meirelles, coronel do Exército que comandou o levante comunista no Recife em 1935 (Chilcote, 1982).

Após recusar a anistia concedida pela Revolução de 30 tenentes rebeldes, Silo seguiu para a Argentina com Francisco Meirelles, ao encontro de Luís Carlos Prestes (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2002), para articular um novo movimento político. É a partir de Silo que os órgãos policiais ficham seus irmãos. No Arquivo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) depositado no Arquivo Público do Rio de Janeiro, há informações sobre os seguintes irmãos de Silo Meirelles: Francisco Furtado Soares Meirelles, José Furtado Soares Meirelles, Antonio Furtado Soares Meirelles e Ilvo Furtado Soares Meirelles.

Nesse arquivo, há um prontuário de Francisco Meirelles, a que não tivemos acesso, com fotos de sua prisão, além de informes onde era identificado como “um dos chefes da revolução comunista em Pernambuco” (Arquivo do DOPS), tendo sido preso em Recife, em 1933, portando boletins e jornais comunistas. Foi detido novamente em 1936, “em vista de seus antecedentes” (idem), e por seu envolvimento com Elvira Caloni, militante comunista assassinada por integrantes do Partido Comunista do Brasil (PCB), acontecimento descrito em Gorender (1987) e Dulles (1985). Apoena Meirelles relata que Silo e Francisco se afastaram do PCB quando houve uma dissidência no final dos anos 30 (entrevista ao autor, 2002).

Francisco Meireles declarou em entrevista ao *Jornal do Brasil* (26/6/1973), publicada após sua morte, que teria sido Cildo Meireles, seu irmão, trabalhando na pacificação dos índios Pataxó, na Bahia, quem o teria iniciado nas atividades indigenistas.

Cildo Meirelles entrou para o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos anos 20, tendo trabalhado em vários postos indígenas do Nordeste (Águas Belas, Pankararu, etc.), até ir chefiar a Inspetoria de Goiás (IR 8). Aí se envolveu nas disputas políticas e institucionais pela garantia da Craolândia - reserva dos índios Krahô - a partir dos anos 40. Apoena debita a demissão de Cildo a José Maria da Gama Malcher, diretor do órgão de 1951 a 1955. Para Apoena, as divergências da família Meirelles

com Malcher criaram “praticamente duas alas dentro do SPI. Era o Malcher, Villas Bôas, Noel [Nutels], embora Noel se desse até com meu pai [...], e uma outra ala que era meu pai” (entrevista ao autor, 2002).

Cildo Meirelles era considerado o intelectual da família. Em 1972, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) comprou sua biblioteca de 800 exemplares sobre índios, com obras raras (Boletim Informativo da FUNAI, ano 1, n. 2). Seu filho, o artista plástico Cildo Meirelles, nos informou que o pai montou três bibliotecas pessoais na sua vida. Na interpretação de Apoena, Cildo, mesmo não se formando em Antropologia, era um “etnólogo [...] gostava da questão indígena [...] muitas petições sobre terras indígenas foram elaboradas por ele” (entrevista ao autor, 2002). Apoena classificava seu tio como um “mártir do indigenismo brasileiro” (depoimento a Adrian Cowell, fevereiro de 2002), que morreu pobre depois de ser perseguido por acusações de desvio de verba no SPI. No relatório anual do SPI, de 1953, há o registro de um processo administrativo contra Cildo Meirelles.

Desconhecemos o que Francisco Meirelles sabia sobre índios e marxismo no período de militância no PCB. Vale registrar que os comunistas brasileiros eventualmente citavam os índios nos seus manifestos da década de 30, e alguns historiadores, militantes ou não, assinalaram esse fato. Assim, havia luta dos índios e ataques a fazendeiros no Pará, em 1934 (Koval, 1982). Uma conferência regional do PCB (SP) reconheceu a índios e negros o direito à plena autonomia, inclusive o de formarem nações independentes (Dulles, 1977). Artigo do jornal *A Classe Operária* (11/03/1935) afirmava que os comunistas formariam governos municipais eleitos por camponeses, índios, negros, mestiços (Canale, 1985). O órgão *A Internacional Comunista* publicou, em 1935 um artigo avaliando que, no Brasil, não havia “um ‘proletariado índio’, sendo que nos territórios indígenas atrasados, a questão principal é a libertação nacional” (ibid., p. 128). No diagrama da estrutura do PCB havia uma comissão de negros, índios e camponeses ligada ao Comitê Central (Dulles, 1985). No manifesto de Luís Carlos Prestes ao povo brasileiro, em julho de 1935, a Aliança Nacional Libertadora pedia a “devolução das terras arrebatadas pela violência aos índios” (Camargo, 1986, p. 139).

Sobre o contexto pós-Revolução de 30, alguns historiadores falam que os militares – no caso, os Meirelles – que aderiram ao PCB eram fundamentalmente nacionalistas, sendo pouco familiarizados com a literatura marxista e socialista (Rodrigues, 1986; Dulles, 1977). Silo Meirelles passou vários anos na Rússia e tinha influência junto a Francisco Meirelles. Apoena identificava seu pai como marxista (entrevista ao autor, 2002).

O fato é que havia pouca literatura socialista em circulação, e a formação teórica de quadros – com a formação de bibliotecas marxistas e as escolas de partido – só começa após 1947, quando da legalidade do PCB, tendo destaque apenas na década de 50 (Almeida, 1983).

Apoena revelou que seu pai levou vários colegas comunistas para o SPI, entre eles o cabo Eneu Gonçalves de Paula, que participou da Revolta do 3º Regimento de Infantaria na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, durante a Intentona Comunista (Barata, s.d.; Silva, 1969), e Lourival da Mota Cabral, que foi preso com Silo Meirelles no Recife (Bezerra, 1979, v. 1), tendo se tornado Diretor do SPI em 1955. Paula trabalhou com Francisco Meirelles no Parque do Aripuanã (MT), onde está enterrado.

O acesso ao campo de relações indigenistas

Em 1939, orientado pelo Inspetor do SPI, Pimentel Barbosa, sobre as técnicas de atração de índios, Meirelles participou de sua primeira expedição. Dirigida pelo engenheiro Vitor Dequech, do Departamento da Produção Mineral, o objetivo da expedição era localizar as minas de ouro do Alto Guaporé a que Rondon sempre se referia em artigos e palestras (*Vida e idéias*, 1981). Essa experiência o levou a trabalhar como ajudante de inspetor em Mato Grosso.

Meireles tornou-se inspetor do SPI quando passou a comandar a turma de atração dos índios Pakaa-Nova (Wari'), no início dos anos 40. Pela Portaria n. 2169, de 21/01/42, da divisão de pessoal do Ministério da Agricultura, Meirelles foi admitido como Inspetor Especializado, referência XIX do SPI. Com o início da 2ª Guerra Mundial, havia sido intensificada a exploração de seringa nas terras desses índios que revidavam, atacando os trabalhadores da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Meireles instruiu sua equipe de atração para seguir as determinações do SPI, não reagindo aos ataques dos índios. Meirelles já mancava, pois ainda jovem havia fraturado a bacia numa queda de cavalo quando fazia o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) do Exército brasileiro (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2003). Sempre que possível, Meirelles comandou expedições montadas, como revelam os filmes da pacificação dos Xavante. Nas atrações comandadas a pé, chegava por último, consolidando o contato. Num confronto ocorrido no rio Preto, os índios Pakaa-Nova feriram a flechadas vários trabalhadores, que não revidaram. Isto permitiu o posterior contato pacífico com esses índios.

Meireles e sua equipe foram então elogiados publicamente pelo chefe da Inspetoria do Amazonas e Acre, Alberto Pizarro Jacobina (Relatório anual do SPI, 1942), e pela direção do SPI.

O índio paresi José Aucê, que trabalhou como auxiliar de sertanista de Francisco Meirelles, relatou em depoimento à FUNAI que, no início, Meirelles, como novato, perguntava tudo, queria saber como fazer a atração e Aucê lhe dava as informações que podia, já que saíra do grupo Paresi cedo, para trabalhar com seringueiros (José Aucê, depoimento à Assessoria da Imprensa da FUNAI, década de 70/CGDOC/FUNAI).

Em 1942, o Diretor do SPI, Cel. Vasconcelos, fez publicar um longo elogio a todos os servidores que haviam morrido ou sido feridos seguindo rigorosamente a máxima *Morrer se preciso for; matar nunca*. Tais servidores, de “elevado padrão moral” e “bravura excepcional”, constituíam “o patrimônio moral do SPI, espécie de santuário leigo, cívico e humanitário” (Boletim do SPI n. 7, 1942, p. 1). A estes servidores se juntava então a turma que operava na pacificação dos Pakaa-Nova “e de outras tribos hostis da região da Madeira-Mamoré” (idem). Vasconcelos lembrou que tão logo soube do fato expedira um telegrama para Meireles louvando a turma “pela estóica e acertada atitude em face ataque índios vg de acordo tradições do SPI” (ibid., p. 2). Para Vasconcelos, o maior elogio era enfatizar que agiram de acordo com as tradições do SPI.

Francisco Meirelles reconhecia como seu maior inspirador o engenheiro militar Antonio Estigarríbia, Chefe da 2ª Seção do SPI (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2003). A consagração¹ entre seus pares, ao chefiar seu primeiro trabalho de pacificação, fez o SPI indicar Meireles para a direção dos trabalhos de atração dos Xavante a partir de 1944, um dos objetivos das atividades do projeto governamental da “Marcha para Oeste” (Freire, 1990). Antes disso, Meirelles tinha sido encarregado pelo SPI de integrar a Expedição Roncador-Xingu (ERX), junto com os irmãos Villas Bôas. O pesquisador Acary Oliveira conheceu Meirelles na ERX, em 1943. Meirelles teria visto que sua participação na expedição não daria certo, retornando ao Rio de Janeiro (Oliveira e Amado, s.d.). Daí foi chefiar a atração Xavante pelo SPI. No relatório das atividades de atração desenvolvidas no rio das Mortes em 1945, o inspetor Francisco Meireles afirmou seguir as instruções e “reiteradas recomendações” (SARQ/MI. f. 381, fot. 308) do Diretor do SPI, José Maria de Paula. A mais significativa seria a construção de um rancho no local onde Pimentel Barbosa e sua turma foram mortos, possibilitando a distribuição de presentes. Tal fato, entre outros, teria levado os índios a proceder de forma “diferente” diante da equipe de Meirelles. Hostis e agressivos perante às

populações ribeirinhas, os índios retiravam “confiantes” os brindes lá deixados pela equipe de atração, além de responderem aos sinais de aproximação sem qualquer animosidade.

No relatório dos serviços de atração realizados em 1946 (SARQ/MI, f. 381, 1947) Meirelles relatou os primeiros contatos pacíficos com os Xavante. Segundo sua interpretação, toda a equipe da turma volante de atração demonstrava intenções pacíficas e sentimentos de amizade compreendidos pelos índios, que nunca hostilizaram os trabalhadores, inclusive em encontros fortuitos. Os índios recebiam brindes e davam sinais de que queriam estabelecer contato.

Os índios tiveram as iniciativas dos primeiros contatos, ocorridos na área em que foram mortos os integrantes da turma volante de Pimentel Barbosa, conforme supôs o Cel. Vasconcelos. O relatório de Meirelles descrevia com minúcia seu encontro com Apoena e outros chefes Xavante. O sertanista relatou como, no final desse contato, por não possuírem mais brindes, foram atacados com flechas por um grupo Xavante, quando se retiravam para o posto indígena de atração, rebatizado de PIA Pimentel Barbosa. Um dos trabalhadores foi ferido no pescoço, mas todos conseguiram fugir sem reagir ao ataque indígena, sendo guiados por “Idalino da Luz, prático de sertão e destemeroso colaborador dos difíceis trabalhos de atração” (ibid., fot. 395). Meirelles intensificou a oferta de brindes para mostrar aos índios seu desejo de contato, tentando mostrar que o incidente não afetara a aproximação. Por outro lado, elogiou a “bravura” da turma, que teria demonstrado “coragem e sangue-frio edificantes” (idem).

Nos encontros posteriores, a troca de brindes se intensificou. A partir de então, os Xavante externaram “o propósito de serem nossos amigos e desejarem manter essa amizade, dando disso provas inequívocas” (ibid., fot. 398). No final do relatório, o sertanista pedia apoio à Diretoria do SPI para a continuidade de tudo o que havia sido conseguido “com tanto sacrifício” (ibid., fot. 399) e previa a pacificação completa dos Xavante para breve. Meirelles aproveitou para criticar a gestão de José Maria de Paula na direção do SPI, marcada por “desconfiança” e “intrigas” que tiraram o “entusiasmo” (idem) da frente de atração. Já Modesto Donatini Dias da Cruz, Diretor do SPI de 1947 a 1951, na visão de Meirelles teria reerguido o SPI, sendo então convidado a realizar uma inspeção na frente de atração dos Xavante. Segundo Acary Oliveira, Meirelles “inovou as frentes de atração indígena, pois usava o sertanejo, o seringueiro e o garimpeiro. Escolhia o que tinha padrão mais elevado de moral e levava, inclusive, famílias inteiras, porque achava que a presença de crianças e

de mulheres no acampamento tirava uma certa desconfiança do índio arredio” (Oliveira e Amado, [s.d.], p. 15).

A imprensa acompanhava as atividades de Meirelles com sensacionalismo. A região da Serra do Roncador era “misteriosa e insondável (...) povoada de lendas e de fantásticas riquezas” (*O Globo*/RJ, 30/3/1946). O cinegrafista Genil Vasconcelos remetia fotos das populações do rio das Mortes (MT) para os jornais, que exploravam a “aventura sensacional” (idem).

Vasconcelos produziu os filmes *Frente a frente com os Xavante* (1947) e *Sertão: entre os índios do Brasil Central* (1949). Outros cinegrafistas que acompanharam a expedição de 1947 – Heinz Foerthmann, Pedro Neves e Lincoln Costa – produziram o filme *Rio das Mortes*. Os filmes se repetem, mostrando a chegada da expedição ao rio das Mortes, a expectativa do contato com os índios, o namoro com o oferecimento de brindes. No filme *Frente a frente com os Xavante*, uma imagem sintetiza o espírito colonialista de submissão e conquista: as flechas dos Xavante sendo entregues ao diretor do SPI. Há imagens da entrega de brindes e do temor dos índios no contato; além disso, são documentadas as atividades da expedição – como coluna militar – até o PI Pimentel Barbosa, onde são efetuadas trocas de brindes com os índios.

Além dos cinegrafistas, o jornalista Lincoln de Souza (1952) esteve no rio das Mortes, acompanhando o segundo contato com os Xavante. A partir do depoimento do mateiro Ladislau, Souza reconstituiu o massacre da equipe de Pimentel Barbosa e o primeiro contato com os Xavante, elaborando o perfil de Meirelles, além de divulgar as atividades do sertanista em revistas e jornais. O SPI também divulgava imagens românticas dos índios Xavante, o primeiro grupo comercializado pela mídia (Garfield, 2001).

Em 1949, a área do posto indígena já recebia a peregrinação de altas patentes da Aeronáutica e do Exército, além de parlamentares. Desde o primeiro contato existia a preocupação com a mídia – inúmeros registros fotográficos e cinematográficos foram efetuados, além de matérias jornalísticas. Conforme Meirelles descreveu no relatório desse ano, os Xavante já participavam das expedições exploratórias da turma de atração, indicando “até onde iam seus territórios” (Relatório 1949, SARQ/MI, f. 342, fot. 718).

Francisco Meirelles solicitou providências imediatas para que fosse evitada a invasão das terras dos Xavante, o que acontecia à medida que eles eram pacificados. Para combater esse esbulho, solicitou terras para

os Xavante ao governador de Mato Grosso, contando com a intermediação da chefia da inspetoria regional do SPI daquele estado e do Senador Filinto Muller (*OESP*, 24/10/1971). O croqui das terras solicitadas foi anexado ao relatório de 1949. Abrangia uma área imensa que incluía todas as aldeias Xavante conhecidas até então, tendo como limites naturais o rio das Mortes a leste e o rio Noidore ao sul, além da vila de Xavantina e duas linhas secas ao norte e a oeste, esta cruzando o percurso médio do rio Sete de Setembro, afluente do Culuene, e englobando postos da Fundação Brasil Central.

No relatório de 1949, Meirelles criticou as condições em que eram desenvolvidos os trabalhos de pacificação do SPI. O sertanista notou que a FBC recebia verba igual ou maior que o SPI para atuar numa área infinitamente menor. Trabalhando na mesma região de Mato Grosso, os funcionários da FBC gozavam de inúmeros benefícios que os do SPI não gozavam. Meirelles continuou elencando todos os privilégios da FBC que contrastavam com as limitações e cortes de verbas do SPI, concluindo que restavam duas saídas: a completa reestruturação do SPI, ou a sua extinção.

Para compreender as práticas de Meirelles, é necessário recuperar sua posição no sistema de posições do campo político naquele contexto. O sertanista havia estabelecido alianças com o novo Diretor do SPI, Modesto Donatini Cruz; com o chefe da Inspetoria do SPI em Mato Grosso; com políticos regionais, chegando ao Governador de Mato Grosso, Arnaldo Figueiredo. Dessa forma, acumulava capital político para lutar por seu projeto de demarcação de terras Xavante, em disputa com proprietários de terras de Mato Grosso. Num primeiro momento do jogo, o sertanista conseguiu aprovar seu projeto.

O croqui da reserva Xavante reivindicada por Meirelles foi publicado na revista *A Noite Ilustrada*, de 3/1/1950. A matéria identifica Meirelles como “figura legendária de moderno bandeirante, autor da espetacular conquista” e informa que “será criado o território Xavante, em moldes idênticos aos Sioux Norte-Americanos” (idem).

Três meses depois, pelo Decreto 903 (28/3/1950), o governo de Mato Grosso reservou para o uso dos índios Xavante as terras por eles ocupadas no município do Barra do Garças (Menezes, 2000; Garfield, 2001; Silva, 1992). Era uma região fronteira à ocupada pelos índios do Xingu, onde trabalhava o sertanista Orlando Villas Bôas, da FBC.

Diante da possibilidade de ser criada uma grande reserva Xavante em área limítrofe aos povos do Xingu, Orlando Villas Bôas refez o mapa da reserva Xavante para assinalar os direitos dos índios Kalapalo, sendo

sugerida a criação de uma “reserva da tribo” (Freire, 2005, p. 62-3).

Em 1951, o Vice-Presidente da República, Café Filho, promoveu uma mesa-redonda para discutir o problema do índio. Dessa reunião participaram, entre outros, o Diretor do SPI, Gama Malcher; a diretora do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres; Darcy Ribeiro, etnólogo do SPI; Noel Nutels, médico do SPI; Orlando Villas Bôas e Major Souza Leão, ambos da FBC. Decidiu-se então por tentar acelerar a regulamentação do art. 216 da Constituição de 1946, relativo às terras dos índios, e “organizar-se uma comissão destinada a estudar a criação dum ‘Parque Nacional’ nas cabeceiras do Xingu, em local prévia e criteriosamente escolhido. Foram encarregados de tal trabalho o Exma. Sra. Dra. Heloísa Alberto Torres, o Dr. Darcy Ribeiro, como representante do SPI e o Sr. Orlando Villas Bôas, sob a presidência do Brigadeiro Aboim” (Relatório anual do CNPI, 1951, p. 35).

Surgia o projeto do Parque Indígena do Xingu (PQXIN), sob a chancela da presidência da República, de Rondon e do diretor do SPI. Enquanto isso, o processo para a definição da reserva Xavante proposto por Meirelles (Processo n. 5.346/49), originado da Inspetoria do SPI de Cuiabá (IR 6), tramitava no SPI, tendo o apoio de Rondon (Relatório anual do CNPI, 1951). As duas reivindicações eram limítrofes, abrangendo uma enorme parcela do Estado de Mato Grosso, tornando difícil a aprovação de ambas. Cabe ainda citar que no, início dos anos 50, circulava entre os militares do CNPI a preocupação com “as infiltrações comunistas no interior do país” (Relatório anual do CNPI, 1952, anexo 16), na região do Brasil Central, pois corria “boatos sobre uma propaganda comunista naquelas bandas do nosso sertão” (idem). Entretanto, o projeto original do PQXIN, apresentado a Café Filho em 27/4/1952, acabou englobando terras dos Xavante, até que eles fossem pacificados (SPI, Relatório anual de 1953).

Entrevistado em 2003, o sertanista Odenir Oliveira, que nasceu e viveu entre os Xavante, revelou que velhos Xavante sempre lhe cobraram a efetivação da reserva proposta em 1950 e que ele sempre afirmara para os índios que tal projeto nunca existiu. Ficou surpreso e revoltado ao saber do fato (entrevista ao autor, 2003).

No decorrer da tramitação do projeto do PQXIN no Congresso Nacional, o artigo referente às terras Xavante foi suprimido (Menezes, 2000). O PQXIN foi criado em 1961 com uma área bem menor do que a inicialmente proposta, enquanto os Xavante só conseguiram a delimitação de suas primeiras reservas no final dos anos 60.

Em 1951, Meirelles foi transferido pelo Diretor do SPI, José Maria da Gama Malcher, para a chefia da 9ª Inspetoria Regional do SPI, localizada no então Território Federal do Guaporé (atual Rondônia). Voltava ao local onde realizara seus primeiros trabalhos de atração e pacificação para continuá-los com vários povos, inclusive os Pakaa-Nova, que já havia parcialmente pacificado no início dos anos 40 (Relatório anual da IR9, 1951, SARQ/MI, f. 380). Até então, os índios dessa inspetoria não tinham qualquer terra garantida.

O retorno foi extremamente decepcionante para Meirelles: encontrou a sede da inspetoria localizada “num pardieiro todo esburacado e sem vidraças” (ibid., fot. 0232), e os postos indígenas em ruínas. A retomada dos trabalhos de atração dos Pakaa - Nova seria feita “sem verbas, desprovidos de tudo, contando somente com a boa vontade e proverbial desprendimento dos servidores” (ibid., fot. 0235).

No dia 11 de janeiro de 1954, o jornal *O Globo* anunciava com estardalhaço (“Xavantes no Rio”) a presença de uma comitiva de índios Xavante no Rio de Janeiro, capitaneada pelo Inspetor Francisco Meirelles. Segundo a matéria, o sertanista teria ido para as áreas Xavante quando ouviu “rumores de que os índios que havia pacificado estavam em pé de guerra” (*O Globo*, 11/1/1954). Na aldeia de Urubuenan, Meirelles teria participado de um “conselho de guerra” (idem) e convencido os índios a não atacar os *brancos* invasores de suas terras. Propôs aos índios que fossem à Capital Federal conversar com “grande chefe civilizado” (idem). Isto justificaria a presença dos índios no Rio de Janeiro, onde participaram de intensa programação social (visitando lugares e autoridades, ganhando brindes, etc.). Segundo Silo Meirelles, a vinda dos Xavante ao Rio de Janeiro foi estimulada pelo Ministro João Alberto Lins de Barros, numa tentativa de se conseguir do governo resposta às reivindicações dos índios (Meirelles, 1960).

Poucos dias depois, na 1ª sessão de 1954, Conselheiros do Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) pediram esclarecimentos ao Diretor do SPI, Gama Malcher, sobre a presença dos Xavante na Capital Federal. Malcher esclareceu a Rondon que os índios foram trazidos ao Rio de Janeiro pelo inspetor Francisco Meirelles, que, à revelia da direção do SPI, “quis atender a jornalistas que fazem empenho em publicar qualquer novidade a respeito desses índios, em seus jornais” (CNPI, Atas de 1954, 1ª sessão, 14/1/1954). O Diretor do SPI fez publicar nos jornais uma nota em que, além de criticar a iniciativa do sertanista de trazer os Xavante ao Rio de Janeiro, denunciava irregularidades administrativas de Meirelles. Tal nota expressava o conflito já instalado entre Gama

Malcher e a família Meirelles. Na origem desse conflito estavam desde as diferenças ideológicas entre Malcher e Meirelles – Malcher era de origem integralista – até o uso indiscriminado dos recursos do SPI por Meirelles, visando beneficiar populações ribeirinhas e sertanejas que viviam na miséria (José Porfírio Carvalho, entrevista ao autor, 2002). Malcher puniu administrativamente Francisco Meirelles pela falta de comprovação de gastos de recursos públicos.

Francisco Meirelles, no Pará

As diretorias do SPI nomeadas a partir de 1955 sofreram influências da política partidária na gestão da política indigenista (Ribeiro, 1962). Afastado Malcher, em 1955, o sertanista Francisco Meirelles assume a chefia da Inspetoria do Pará, em 1957, transferido de Rondônia pelo então Diretor do SPI, Gal. José Guedes. Segundo o indigenista Expedito Arnaud, os seringalistas do Pará exigiram que Meirelles assumisse os trabalhos de pacificação dos Kayapó.² Para instalar as expedições de atração, Meirelles chamou os intérpretes Jê que trabalhavam no Posto Indígena Gorotire: Afonso Cruz, Júlio Moraes (Camiranga) e José Fontenelle. O sertanista montava as turmas com quatro ou cinco trabalhadores do SPI e mais de 15 seringueiros cedidos pelos patrões. Excepcionalmente, seguiam na expedição um número grande de seringueiros, 50 ou 60 (Afonso Cruz, entrevista a Oséas Silva, 2003).

Meirelles fazia duas ou três reuniões com a equipe para orientar como deviam proceder na atração. Recomendava principalmente atirar para cima num confronto, explicando que um grupo indígena era diferente do outro, por isso as atividades de atração eram diferentes. Afonso Cruz afirmou que o sertanista discutia suas idéias e aceitava sugestões de como proceder na hora do contato. Dominando uma língua Jê, Cruz não correu perigo junto aos Kayapó, mas foi flechado na atração dos Arara (PA), um grupo Tupi. Muitos índios que Meirelles levou para as cidades (Altamira, Belém) retornaram para as aldeias gripados, causando grande mortandade. Cruz citou, que num grupo Kayapó de 130 índios, morreram 56 (idem).

Após o contato com os índios Kokraimoro do cacique Iracury, realizado em abril de 1957, Meirelles dividiu a expedição em dois grupos: o seu, que direciona para o rio Curuá, na tentativa de atrair índios Kararaô; o outro, chefiado pelo auxiliar de sertão Raimundo Araújo, ordena ir atrás dos índios Kokraimôro chefiados por Bebnote. Nesta expedição

seguiram como intérpretes quatro índios Gorotire, além de alguns Kokraimôro recém-contatados. Araújo obteve êxito no contato e os grupos Kokraimôro se aliaram. Restava ainda um pequeno grupo de 15 índios a ser contatado, mas, no relatório apresentado a Meirelles, Araújo comemorava seu feito: “dentro em breve (...) mais nenhum silvícola (...) causará empecilho aos civilizados que se encontram nas duas primeiras partes do curso do rio Xingu” (SARQ/MI, f. 149, fot. 0596).

Em seqüência, foram pacificados índios Kararaô que faziam “estrepolias” pelos rios Iriri e Curuá, deixando uma “esteira de inquietações e depredações pela região” (idem), além dos Menkrangnotí do igarapé Bom Futuro, afluente do Curuá.

Meirelles planejava atrair os Menkrangnotí do rio Iriri no final de 1957, mas as condições do rio atrapalharam a movimentação da expedição, ao mesmo tempo que, no rio Tapajós, índios desconhecidos matavam uma mulher e três crianças no afluente rio das Tropas. Deslocou então a expedição para o Tapajós, repetindo o que fazia ultimamente, socorrendo as áreas atacadas por índios (SARQ/MI, f. 130).

Em junho de 1958, Meirelles organizou finalmente nova expedição para atrair os índios Menkrangnotí do rio Iriri. O grupo era formado por índios Gorotire, Kararaô e Menkrangnotí do rio Curuá, além de trabalhadores e os intérpretes auxiliares como Afonso Cruz e Camiranga. No Iriri, as famílias seringueiras fugiam ante os ataques dos índios. A expedição subiu o rio e acampou numa ilha frontal ao igarapé onde os índios circulavam. Os índios propuseram a Meirelles irem sozinhos fazer o contato auxiliados pelos intérpretes. Cerca de 30 índios e os intérpretes seguiram para a aldeia Menkrangnotí, estimando a volta em 6 dias. Passados 10 dias, não haviam retornado. Meirelles solicitou a auxiliares que conseguissem com seringueiros um reforço de mantimentos, armas e homens. Depois de 38 dias, índios e intérpretes voltaram, relatando o sucesso da missão. Vinham acompanhados de guerreiros e do chefe Menkrangnotí, pintados e adornados como numa festa. Meirelles e o chefe discursaram, o sertanista afirmando que os índios não precisavam matar mais ninguém para conseguirem armas, passando em seguida a distribuir 30 espingardas e um rifle. Com a chegada de um avião Catalina no rio Iriri, é realizada nova distribuição de munição, armas e mercadorias. O grupo voltou a Altamira (PA), depois de cinco meses de expedição (Boletim interno do SPI, 1962, n. 56).

Ainda em 1958, os seringalistas do Pará encaminharam à direção do SPI elogios sobre os trabalhos de pacificação dirigidos pela “figura extraordinária do sertanista Francisco Meirelles” (Arnaud, 1989, p. 463).

Na época, Meirelles afirmou que essas pacificações abriram “aos civilizados extensas e ricas áreas para o trabalho aumentando a fortuna pública e privada” (SARQ/MI, f. 132, fot. 0104). Por isso, não era justo deixar os índios ao “abandono”, depois de tirá-los do “habitat primitivo” (idem).

O sertanista tentou reservar uma área de terras devolutas para os índios Kokraimôro, recém-pacificados, baseando-se na legislação de terras do estado do Pará (arts. 97 e 100 do Decreto n. 1.044, de 19/08/1933). O território reivindicado correspondia à região onde os Krokraimôro tinham algumas malocas (SARQ/MI, f. 132). Em 1961, Meirelles contabilizou 16 processos de pedidos de terra indígena no Pará sem resposta (Boletim Interno do SPI n. 47, 1961). Entretanto, em poucos anos os índios atraídos por Meirelles foram dizimados por doenças, fome, falta de espaço, etc. Isto aconteceu com os Kokraimôro e os Menkrangnotí, encontrados nessa situação pelo antropólogo Carlos Moreira Neto, em 1958. O antropólogo não culpou Meirelles pelos desacertos do SPI, pelo contrário, reconheceu que ele portou-se nas pacificações com “bravura e espírito de sacrifício” (Moreira Neto, 1959, p. 57). Contudo, afirmou que Meirelles errava ao utilizar a técnica de transferir “agrupamentos recém pacificados para lugares alheios à sua localização tradicional” (ibid., p. 58).

O sertanista José Porfírio Carvalho contou que Meirelles era des preocupado com suas prestações de contas e que muitas vezes não havia como comprovar despesas, pedindo recibos a vaqueiros, regatões, barqueiros, etc. (entrevista ao autor, 2002). Meirelles disse a Carvalho, no início dos anos 70, que, no caso do Pará, não havia alternativa, tinha que aceitar o concurso dos seringalistas ou deixar os índios serem caçados.

Durante a década de 50, os jornais do Pará eram veículos dos interesses dos seringalistas, produzindo matérias que desqualificavam os agentes indigenistas (Cícero Cavalcanti, Telésforo Fontes, Gama Malcher, etc.). No início daquela década, eram publicadas raras denúncias, indicando que os seringalistas matavam quem lhes criasse obstáculos, fossem índios ou civilizados³.

A atitude dos seringalistas muda com a chegada de Meirelles a Belém, mas a realidade do SPI era a mesma. Embora o diretor do órgão reafirmasse que o papel do SPI era apoiar a produção econômica e defender a economia amazônica (Relatório anual do SPI, 1958; SARQ/MI, f. 132), os trabalhos de atração e pacificação no Pará foram constantemente interrompidos pela falta de verbas. Os recursos da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) não eram repassados ou chegavam muitas vezes à IR2 quantias irrisórias, interrompendo

pacificações em curso. O SPI sempre reivindicava anualmente a quantia estabelecida num plano de pacificação de 1951, nunca efetivado (SARQ/MI, f. 380). O plano quinquenal da SPVEA (1956–1960) previa a instalação de colônias indígenas em vários estados, inclusive junto aos Kayapó, no Pará. Em 1959, o SPI ainda reivindicava à SPVEA a verba que nunca havia sido repassada (SARQ/MI, f. 132). Como Malcher, ao sair do SPI, em 1955, foi requisitado como assessor técnico da SPVEA até outubro de 1957, quando foi nomeado secretário do CNPI, não sabemos se a falta de repasse de verbas para as pacificações refletiam ainda o conflito com Meirelles.

Francisco Meirelles chegou a recorrer ao Banco de Crédito da Amazônia para que fossem liberados para os trabalhos de pacificação a dotação destinada à “assistência aos filhos dos seringueiros”. Para o sertanista, a pacificação salvaria o seringueiro da “fúria violenta do índio bravo (...) salvando da morte ou da penúria a criança, filha do seringueiro” (SARQ/MI, f. 132, fot. 113).

No final dos anos 50, o Diretor do SPI, Gal. José Guedes, investiu contra a proposta do PQXIN em tramitação no Congresso Nacional. Sua idéia era desmembrar e reduzir qualquer proposta de grande reserva no Norte de Mato Grosso e Sul do Pará. Na região, índios Kayapó, como os Xikrin da região de Altamira (PA), ainda matavam para se defender de garimpeiros que invadiam seus domínios (Relatório anual do SPI, 1959), e os trabalhos de abertura da Rodovia Belém–Brasília ameaçavam a sobrevivência dos subgrupos Kayapó ainda isolados. Apesar das solicitações feitas ao governo do estado, nenhum território foi cedido legalmente aos Kayapó, naquela década.

No início dos anos 60, Meirelles denunciou os irrisórios salários pagos pelo SPI que impediam a contratação de pessoal, além da falta de assistência médica nos postos indígenas (*Última Hora/RJ*, 4/2/1960). Em 1961, os índios Xikrin mataram garimpeiros no rio Xingu, nas proximidades de Altamira. O prefeito da cidade anunciou a formação de um grupo armado para matar esses índios, caso não houvesse providências do governo federal. Diante dos fatos, Meirelles organizou uma expedição de pacificação com índios Gorotire, Menkrangnotí, Krokraimôro, Xikrin contatados e Xipaia. Durante três meses, cruzaram serras e rios, enfrentando privações, fome e sede, atravessando inúmeros terrenos pantanosos com água pelo peito, sendo atacados por animais peçonhentos. Meirelles lembrou que passaram a noite de Natal sem nada para comer, nem mesmo café.

A expedição recebeu reforços, sendo os trabalhos de atração divididos em duas turmas, uma seguindo por terra, chefiada pelo auxiliar de sertão Orículo Castelo Branco; a outra, pelo rio Bacajá, sob o comando de Francisco Meirelles.

O grupo de Castelo Branco fez o contato com os Xikrin, com Meirelles chegando quando já havia confraternização, aproveitando para explicar as intenções do grupo ao chefe indígena. O sucesso da atração levou autoridades municipais e estaduais a solicitarem que o PI onde os índios foram aldeados se chamasse Francisco Meirelles, contra a vontade do sertanista.

Outras expedições foram realizadas por Meirelles para consolidar os contatos efetuados com os grupos Kayapó. O então Diretor do SPI, Ten. Cel. Moacyr Coelho, participou da expedição que levou medicamentos e brindes diversos para os Menkrangnotí (Boletim interno do SPI, 1962, n. 64), dirigida para propósitos propagandísticos. Meirelles foi então transferido para Brasília, assumindo a chefia da Seção de Orientação e Assistência (SOA) e a função de diretor substituto do SPI em 1963, ainda na gestão Coelho. Quando Noel Nutels assumiu o SPI (1963-1964), Meirelles foi transferido para Rondônia. Na época do golpe militar de 1964, fugiu para a Bolívia, na tentativa de encontrar um caminho para chegar ao Rio de Janeiro sem ser preso (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2003).

Apoena Meirelles conta que, após 1964, Francisco Meirelles estava com Cláudio e Orlando Villas Bôas numa missão no Pará. Ao retornarem a Brasília, de avião, os irmãos Villas Bôas impediram que Meirelles fosse preso (entrevista ao autor, 2002).

Francisco Meirelles voltou a chefiar a Inspetoria do Pará entre setembro de 1964 e novembro de 1967. Durante esse período, o Governador do Pará, Cel. Jarbas Passarinho, financiou todas as atrações de índios realizadas no estado. Em meados de 1967, Meirelles promoveu as primeiras investigações “sobre uma suposta tentativa de ataque de índios desconhecidos ao destacamento da Aeronáutica na Serra do Cachimbo” (Meirelles, ofício ao Diretor do SPI, 6/7/1967). Algumas famílias Kreen-Akarore (Pananá) que tentavam um contato pacífico com o efetivo militar da base de Cachimbo, foram rechaçadas à bala e a sobrevôo de avião. Entendendo como prenúncio de um ataque indígena de maior vulto ou temendo pela presença de guerrilheiros na área – havia quem dissesse que Che Guevara estava lá (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2002) – os militares mandaram um reforço de tropas em vôo noturno, que se

perdeu na Amazônia e caiu, matando todos que estavam a bordo. Dando início às investigações do acidente, Meirelles provou a intenção pacífica daqueles índios e solicitou a imediata atração dos Kreen-Akarore.

A FUNAI, Meirelles e a pacificação dos Cinta Larga

Inúmeras denúncias de irregularidades administrativas, corrupção, omissão e apoio a atividades anti-índigenas, inclusive massacres, provocaram a extinção do SPI em 1967, e a punição administrativa e penal de dezenas de servidores (D.O.U., 10/9/68). Entretanto, o novo órgão indigenista, a FUNAI, herdou a estrutura e parte dos quadros funcionais do SPI, seguindo, em linhas gerais, a mesma política integracionista com poucas alterações administrativas, conforme demonstra a trajetória de Meirelles.

Em 1967, o Ministro do Interior, Gal. Albuquerque Lima, ordenou a instauração de uma Comissão de Inquérito no SPI. Devido às acusações de má gestão de recursos públicos, Meirelles sofreu prisão administrativa por 30 dias⁴. Ao sair da chefia da Inspeção do Pará, o sertanista é transferido para Mato Grosso com o objetivo de iniciar os trabalhos de atração dos índios Suruí e Cinta Larga, dando continuidade aos trabalhos iniciados em 1966 pelo inspetor Hélio Bucker, Chefe da 6ª IR (Cuiabá) (Bucker e Bucker, 2000; Dal Poz, 1994).

O sertanista reivindicou ao delegado ministerial na FUNAI, José de Queirós Campos, que impedisse a “progressão violenta” da frente composta por mais de oito mil garimpeiros a ameaçar os índios (Queirós Campos, ofício n. 012/68, 26/03/1968, dirigido ao Ministro do Interior). Meirelles sobrevoou os vales dos rios Aripuanã e Roosevelt, onde habitavam esses índios. Localizou 21 aldeias, 20 Cinta Larga e uma Nambiquara. Descobre então que missionários das Missões Novas Tribos já haviam plotado tais aldeias, investindo na região.

O novo Chefe da 6ª IR, José Melo Fiuza, revelou a Meirelles que fazendeiros e seringalistas de Rondônia “estavam interessados na pacificação dos índios Cinta Larga, e dispostos a cooperar com a FUNAI para encontrar uma solução para o angustiante problema que os atinge muito de perto” (Meirelles, Relatório de 31/12/1968 ao Secretário-Executivo da FUNAI). Os Cinta Larga reagem à invasão de suas terras flechando gado, ferindo ou matando trabalhadores, garimpeiros, “atacando tropeiros e comboios de mercadorias” (idem). Seringalistas e fazendeiros queriam pagar os trabalhos de atração, desde que fossem diri-

gidos pelo sertanista. Meirelles retrucou que tal confiança o honrava e sensibilizava. Álvaro Villas Bôas, Diretor de Assistência da FUNAI, autorizou a iniciativa, sendo organizada a expedição. O local de penetração foi onde se davam os conflitos, por ser o local onde residiam as maiores fontes de abastecimento dos Cinta Larga⁵.

Meirelles procurou trabalhadores que não tivessem integrado *frentes pioneiras* e confrontado com esses índios. A idéia era contratar antigos companheiros da pacificação dos Pakaa-Nova. Em Vilhena (RO), encontrou-se com o sertanista João Américo Peret e seu grupo, que trazia instruções do Pres. da FUNAI para que a atração tivesse o maior número possível de frentes. Meirelles pensava de forma diferente, queria que as duas equipes conjugassem esforços, até os índios responderem aos métodos de atração deles.

Desde a entrada na região dos Cinta Larga, por um antigo varadouro, a expedição deixou brindes para os índios nos locais em que eles transitavam. Os índios Gavião (igarapé Lourdes) trabalhavam como intérpretes, discursando na direção da mata, ao entardecer, para explicar os objetivos da expedição. Os índios Cinta Larga retribuíaam os brindes e não hostilizavam a equipe.

A expedição chegou a um igarapé que denominaram 7 de Setembro, instalando aí a base de atração. Encontram vestígios dos índios nas proximidades, além de alguns tapiris de caça. Elegeram um tapiri como ponto de aproximação com a frente de atração (FA), limpando o local, colocando novos brindes e abrindo uma picada até o acampamento. Foi o começo da *fase do namoro*, com intensa troca de brindes, e a expectativa de um contato amistoso.

Encaminhadas as diretrizes para contato no PIA 7 de Setembro, Meirelles voltou a se preocupar com as outras aldeias Cinta Larga espalhadas por uma região do tamanho do estado de São Paulo. Queria agora controlar a segunda frente de atração dirigida por Peret, com intenção de “fiscalizar todo o *front* territorial dos Cintas Largas que dá para a rodovia BR-364” (idem). Tal vigilância evitaria choques e proporcionaria “através de uma grande ofensiva” o contato “definitivo e pessoal” (idem) com os índios. Os índios contactados – tal como nos Kayapó – sairiam com a expedição para pacificar outras aldeias. Entretanto, diante do retraimento dos índios, o sertanista optou por deixá-los à vontade, ordenando que sua equipe não forçasse o contato. Meirelles conhecia a riqueza do solo onde viviam aqueles índios e imaginava os massacres que haviam sofrido pela cobiça de garimpeiros e seringueiros.

Novo confronto com Malcher

Ainda em 1968, Meirelles continuou a se defender diante da devassa das atividades do SPI. Trabalhando na FUNAI como Diretor do Departamento de Patrimônio Indígena desde maio de 1968, Malcher colaborou ativamente com a Comissão de Inquérito, cujos resultados atingiram Meirelles. Na defesa que apresentou ao presidente da Comissão de Inquérito que investigava irregularidades no órgão, o sertanista procurou rebater 19 acusações, algumas diretamente formuladas por Malcher. Na ocasião, Meirelles classificou Malcher de “inimigo gratuito, caluniador”, que cometeu irregularidades na chefia do SPI, foi suspenso e depois exonerado. Além disso, nada teria feito na IR 2, com “verbas faustosas”. Em suma, para Meirelles, Malcher “nunca fez nada de útil ao índio” (Meirelles, ofício de 6/5/1968).

A Comissão de Inquérito instituída apresentou, em setembro de 1968 seu relatório final ao Ministro Afonso Augusto de Albuquerque Lima. Publicado no D.O.U. de 10/9/1968, concluiu, quanto a Francisco Meirelles, que ele havia cometido faltas graves (irregularidades administrativas), punindo-o com suspensão de 20 dias.

Meirelles foi suspenso no mês de agosto de 1968, retornando depois à direção dos trabalhos de atração dos Cinta Larga. Em julho, o Decreto 62.995 (D.O.U. 18/7/1968) havia interditado uma área para pacificação dos Cinta Larga e Nambiquara. Esta mesma área foi transformada, em 1969, no Parque Indígena do Aripuanã (Dal Poz, 1994).

O balanço de uma vida

Em 1968, Meirelles veio ao Rio de Janeiro tirar seu filho Apoena da cadeia, que havia sido preso após a passeata dos 100 Mil na Candelária (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2002). Apoena se dizia socialista e queria ir para o Chile, mas foi convencido por Francisco a participar da atração dos Cinta Larga. O documentarista Jesco von Puttkamer classificou Francisco Meirelles como “um homem profundamente socialista” (Oliveira e Amado, [s.d.], p. 14), que gastava seu salário para atender aos índios.

Apoena Meirelles fez o primeiro contato com os Cinta Larga (16/6/1969), quando Francisco Meirelles estava em Porto Velho, tratando da saúde. Os índios estavam insistentemente visitando o tapiri e solicitando brindes na proximidade do PIA. Apoena assumiu o risco e sozinho

levou os brindes pessoalmente aos índios, iniciando a confraternização consolidada por seu pai, dois dias depois.

O Inspetor Meirelles foi enquadrado, em 1969, como *sertanista*, cargo administrativo da FUNAI,⁶ assumindo a direção da Delegacia da FUNAI em Porto Velho, em 1970. Logo é transferido para funções de assessoria a diretorias da FUNAI em Brasília⁷. A documentação deste período, principalmente da Coordenação da Amazônia (COAMA), ainda não está organizada na FUNAI/Brasília. Tivemos que nos valer exclusivamente de publicações diversas para acompanhar os últimos anos de vida de Francisco Meirelles.

O escritor Mário Palmério, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL), esteve no PIA 7 de Setembro acompanhando os trabalhos de atração, em 1969. Meses depois, Meirelles foi convidado por Palmério para tomar chá com os *imortais* da ABL (*O Globo*, 3/4/1970). O cerco dos escritores, pedindo informações, esclarecimentos e relatos de aventura propiciou ao sertanista recuperar algum prestígio. A imprensa valorizou o fato, num contexto em que Meirelles defendia a política da FUNAI, criticando as denúncias de genocídio que circulavam no exterior, desde 1968 (*O Globo*, 5/1/1970).

Outro escritor, Ary Quintella, realizou uma extensa entrevista com Meirelles, publicada no *Jornal do Commercio* (6/9/1970). Quintella identificava no sertanista a “fé dos apóstolos” diante da “pequenez cidadina” (idem). Meirelles declarou, na entrevista, que o perigo que enfrentava o sertanista é o mesmo “que sofre um soldado na frente de batalha” (idem). Seu trabalho era evitar atritos e promover “a confraternização dessas frentes pioneiras [garimpeiro, etc.] com os índios” (idem). Na sua interpretação, o “governo revolucionário” dava força à FUNAI para definir terras sem interferências políticas. Defendia também a Escola de sertanistas, onde se adquiria “prática no trato dos problemas indígenas através de contato com sertanistas experimentados, como os irmãos Villas Bôas” (idem). Meirelles detalhou para Quintella as técnicas de atração adotadas nas FAs. No contato dos Cinta Larga, improvisaram uma banda de música com muita batucada, mostrando a intenção pacífica do grupo aos índios.

Mesmo divergindo frontalmente das idéias protecionistas dos Villas Bôas, Meirelles mantinha com aqueles irmãos uma relação “respeitosa” (Apoena Meirelles, entrevista ao autor, 2002), mas não gostava da imprensa caracterizar essas divergências como pessoais (*OESP*, 26/6/1973). Se as invasões das terras indígenas por garimpeiros e colonizadores dificultavam a atração dos índios arredios (*O Globo*, 19/2/1972), o sertanista

defendia que, para os índios, “um mau acordo é melhor do que uma boa briga” (*Jornal do Brasil/RJ*, 14/11/1972).

Um mês antes do seu falecimento, Meirelles sintetizou suas idéias e experiências numa entrevista para a revista *Veja* (23/5/1973). Algumas delas foram aqui sintetizadas. Outras, devido a sua importância, transcritas literalmente: o índio entrará como fator étnico na formação da raça brasileira, por miscigenação e não por extermínio; a idéia é promover a confraternização de índios com civilizados, pois não se pode “contrariar uma política do governo de abertura de estradas que ele julga necessárias para nosso desenvolvimento” (idem); não se tem como evitar o contágio de doenças. É um “tributo à civilização” (idem); discriminação é não deixar que os índios tenham acesso a nossos bens; a política indigenista é “assunto difícil, tão difícil que Rondon passou toda sua vida buscando uma solução e deixou tudo na estaca zero, apesar do prestígio e da força que ele teve” (idem); o que se deve dar ao índio é reserva indígena, enfermeiro, encarregado de PI e educador; “a situação do índio está ligada à do homem pobre. Quer dizer, dentro da nossa má organização social, o índio é um dos componentes” (idem); o método de pacificação de Meirelles é o “clássico”, herdado de Rondon, “mas cada um introduziu algumas variáveis” (idem).

Francisco Meirelles morreu em 25 de junho de 1973, de enfarte agudo do miocárdio, como consequência de uma malária que tratava. Durante sua vida no mato pegou inúmeras malárias, inclusive a *terçã negra*. No enterro, um dos sobrinhos discursou ressaltando que o sertanista “via o índio como mais uma parcela do contingente proletário brasileiro” (*Jornal da Tarde/SP*, 27/6/1973). A viúva, Dna. Abigail, reclamou no velório que o marido tinha sido injustiçado. Apoena explicou à imprensa que seu pai e seu tio sofreram injustiças na época de Gama Malcher como Diretor do SPI, passando a desqualificar Malcher e afirmar que as injustiças pertenciam ao passado (*OESP*, 27/6/1973; *Jornal do Brasil*, 27/6/1973).

Após a morte do sertanista, o Boletim Informativo da FUNAI (n. 7/1973) dedicou-lhe reportagens especiais. Meirelles foi apresentado como o sertanista que falava muito de política indigenista, mas jamais de si próprio. Apoena Meirelles lembrou os primeiros ensinamentos do pai na mata, a iniciação “nos caminhos do sertão” (Meirelles, 1973, p. 11) e defendeu idéias conjuntas, chamando de “utópicos e românticos” os sertanistas que tentavam evitar que os índios corressem “ao encontro do desenvolvimento” (ibid., p. 14).

Meirelles e os sertanistas do séc. XX

A historicidade e a polissemia da categoria social “sertanista” atravessam toda a história do Brasil. No Brasil colonial, os sertanistas eram agentes sociais envolvidos em expedições de apresamento de índios (Monteiro, 1992, 1994), contribuindo para a construção da identidade social do “paulista” como bandeirante (Monteiro, 1999), tendo suas práticas se estendido por toda a colônia. Adotando inúmeras técnicas e conhecimentos indígenas (Holanda, 1975, 1976), essas práticas criaram uma força de trabalho indígena e liberaram terras para a colonização. Até o final do séc. XIX, já no Império, continuavam as atividades de “descimento” de povos pelos bandeirantes (Moreira Neto, 2005).

No início do séc. XX, a categoria “sertanista” era empregada com frequência na imprensa, identificando, entre outros, o então Cel. Cândido Mariano da Silva Rondon e suas atividades (Missão Rondon, 2003). Ao longo desse século, a imprensa continuará identificando como “sertanista” tanto os indivíduos que realizavam trabalhos de exploração geográfica na Amazônia e no Centro-Oeste (como as bandeiras Piratininga e Anhangüera de Willy Aureli), como aqueles que procuravam contatar índios.

A categoria “sertanista” não designava nenhum “cargo” quando o SPI foi criado. Os engenheiros-militares ou os militares que participaram dos trabalhos de atração e pacificação de povos indígenas nas Comissões de Linhas Telegráficas desde o final do séc. XIX (Maciel, 1998; Martins Júnior, 2001), e continuaram a trabalhar no SPI – em sua maioria positivistas ligados ao Apostolado Positivista do Brasil – atuaram na função de “inspetores”. Era necessário ter escolaridade e experiência de campo para se tornar inspetor e realizar complexos trabalhos de atração de índios, chefiando equipes ou então dirigindo Inspetorias regionais.

Distribuídos em poucas Inspetorias, os inspetores militares do SPI realizaram atrações e pacificações, sendo eventualmente identificados como sertanistas (Bandeira, 1926; Estigarribia, 1934; Bandeira, 1979). Entretanto, mesmo que a institucionalização de uma política protecionista indicasse a intenção de formação e manutenção de quadros indigenistas, a carreira ou função de “sertanista” nunca existiu no âmbito do SPI, ao contrário do que supõe Hemming (2003). Só no início dos anos 60, na esfera da Fundação Brasil Central, e no final da década, na FUNAI, seria criado o cargo administrativo de sertanista reunindo os servidores que realizavam atrações de povos indígenas e tinham diversas origens funcionais. A categoria de “senso comum” sertanista torna-se então uma

categoria ocupacional (administrativa). Os “inspetores” do SPI são transformados em chefes de postos indígenas, indigenistas, delegados regionais ou sertanistas. O sertanista será compreendido como o indigenista especializado em atração e pacificação de povos indígenas “arredios”, pois, no SPI, essas tarefas tidas como do sertanista foram sempre de responsabilidade dos *Inspetores e auxiliares de sertão*. Durante a sua vida profissional, Meirelles foi reconhecido com Inspetor no âmbito do SPI e como sertanista pela imprensa..

O surgimento da categoria ocupacional “sertanista” enquanto carreira profissional foi o reconhecimento de uma *tradição sertanista* (Lima, 2002) originada das práticas de Rondon e sintetizada em *saberes sertanistas* (idem) a serviço do Estado nacional sempre que a política econômica necessitasse, como ocorreu na “Marcha para Oeste” (década de 40/50) e na expansão para a Amazônia (década de 60/70). Foi principalmente resultado da atividade de inúmeros indigenistas, entre eles Francisco Meirelles.

O estilo sertanista de Francisco Meirelles

Durante nosso trabalho de campo, alguns indigenistas entrevistados referiam-se a sertanistas como fundadores de “escolas” sertanistas. Com sua categoria do senso comum, queriam indicar que tais sertanistas desenvolveram e reproduziam técnicas específicas de atração e pacificação de povos indígenas.

Aqui nos propomos a empregar outra noção para compreender tal situação vivida por Francisco Meirelles. Adotamos a noção de “estilos” (Cardoso de Oliveira, 1995, p. 177-89), caracterizada pela redundância, singularidade e um modo próprio de legitimidade que permite seu emprego na compreensão de relações de poder próprias ao campo indigenista. O “estilo” seria assim identificado a certas constâncias de uso, constâncias de manifestação social.

Falar de “estilo sertanista” possibilita a compreensão da legitimidade carismática associada a agentes do campo indigenista. A singularidade de estilo seria própria à dominação carismática (Weber, 2000). A ampliação do prestígio e do carisma levaria ao reforço do nome próprio, identificando posições. Tal distinção, advinda do campo político, constituiu-se uma matriz de poder no SPI que só foi superada pela modernização administrativa.

Em comparação com a noção de “estilo sertanista”, o “*habitus*” (Bourdieu, 1990) sertanista comporta um grau maior de generalidade, caracterizando o que é invariável, constante. Os sertanistas tendiam a buscar distinção perante outras categorias sociais como os chefes de postos indígenas, mas não entre si, todavia isso não impedia a ocorrência de confrontos horizontais (Meirelles x Villas Bôas). Os estilos sertanistas correspondem assim a uma distinção interna a essa categoria social, constituídos a partir de carismas pessoais.

As idéias de Francisco Meirelles sobre a questão indígena foram as mesmas, desde a década de 40. Vinculando a situação dos índios às condições de sobrevivência dos trabalhadores brasileiros, Meirelles acreditava ser necessário investir no desenvolvimento econômico do país para que melhorasse o nível de vida de toda a população, inclusive dos índios. O problema indígena era antes de tudo um problema nacional, envolvendo o destino de todos os trabalhadores. Daí a defesa da integração imediata do indígena, ao assumir divergências com os irmãos Villas Bôas e sustentar a política assistencialista desenvolvida pela FUNAI.

Meirelles tornou-se conhecido por utilizar, entre outras, uma técnica de pacificação que consiste basicamente na invasão das aldeias ou acampamentos indígenas. Identificada pela intimidação e surpresa que causa aos índios, o sertanista empregou essa técnica entre os Pakaa-Nova e alguns subgrupos Kayapó. Também utilizou a técnica de atração do *namoro*, montando tapiris com brindes e aguardando meses pela resposta dos índios.

Além de ser identificado por utilizar técnicas específicas, Meirelles foi *estigmatizado* duplamente – no sentido de ser isolado por setores indigenistas: inicialmente, por realizar atrações e pacificações a partir dos interesses e financiamentos dos seringalistas do Pará, causando o deslocamento de muitos índios de suas terras e grande mortandade pós-contato por falta de assistência sanitária. Depois, era identificado como *comunista*, uma “categoria de acusação” empregada em conflitos políticos (Velho, 1981, p. 57-64). Entretanto, o capital simbólico que acumulou com a pacificação dos Xavante sempre o colocou entre os maiores sertanistas brasileiros.

Meirelles sempre acionava sua filiação às idéias integracionistas do Rondon, do início do século XX, e de seus seguidores. O denominador comum dessas idéias era o vetor *tempo*. Para Francisco Meirelles, era necessário melhorar a assistência ao índio, mas para emancipá-lo como trabalhador, desenvolvendo seu potencial *rapidamente*, a mesma finalidade civilizatória

definida por Rondon, que, entretanto, propugnava o respeito ao *tempo de resposta* do índio às inovações tecnológicas e sociais (Lima, 1987).

Francisco Meirelles reproduzia as concepções positivistas com a imagem da *vida rude* dos índios. Após o contato, os índios queriam deixar de ser índios, pois sua sobrevivência era difícil. Como as condições de vida dos trabalhadores brasileiros também eram ruins, a luta pelo desenvolvimento social justapunha assim o positivismo evolucionista rondoniano com um positivismo economicista (marxista?).

Uma síntese das idéias e iniciativas de Meirelles, constituindo um estilo sertanista, abrangia:

- a) a finalidade da ação sertanista como integracionista e assistencialista;
- b) as estratégias, táticas e técnicas do contato como constituídas por iniciativas pacíficas, expedições numerosas, o “namoro”, expedições montadas, invasão de aldeias ou acampamentos, uso de música nas atrações;
- c) a forma de intervenção inicial na vida dos povos indígenas consistindo na introdução de técnicas econômicas e integração ao mercado regional.

Essa posição derivava das iniciativas adotadas por Rondon, no início do séc. XX, mas era distinta daquela de sertanistas contemporâneos como os irmãos Villas Bôas, que adotaram a aculturação lenta e o isolamento indígena como finalidades da ação protecionista. Entretanto, havia uma característica que unia a todos e os identificava perante seus pares: era a noção de sacrifício permanente pela “causa”, exigindo dedicação plena e quase sempre renúncia à vida familiar.

As políticas indigenistas propostas por alguns sertanistas, inclusive Francisco Meirelles, estavam firmemente ancoradas em representações da vida indígena, reforçando as características de cada estilo (integracionista, protecionista). Importa ressaltar aqui que os sertanistas manipulavam esse sistema contraditório de modo similar ao que o antropólogo Edmund Leach visualizou os sistemas políticos entre os Kachin de Burma (1976), ou seja, “em função de seus próprios interesses” (Sigaud, 1996, p. 31). É como se cada sertanista pudesse estruturar as categorias verbais (cf. Leach, 1976, p. 15), isto é, as concepções desses estilos de forma variada.

As articulações políticas que Meirelles estabeleceu para garantir terras para os índios – inicialmente em Mato Grosso, depois no Pará, em momentos que detinha prestígio ou chefia no SPI – não tiveram resultados práticos. Idealizadas como terras para a sobrevivência *produtiva* dos índios, os projetos desconheciam toda a dinâmica segmentar dos grupos Jê. A inexistência dessas garantias territoriais assinalou os limites e os riscos de uma política exclusivamente *integracionista*. Nos anos 50,

Meirelles não viu outra saída senão realizar atrações e pacificações financiadas por seringalistas (Porfírio Carvalho, entrevista ao autor, 2002) e promover o deslocamento dos índios para fora das áreas de interesse econômico estadual. A mortandade que se seguiu foi considerada mero efeito de *qualquer* contato. Instruindo o sertanista Fiorello Parise de como deveria proceder numa atração, Meirelles disse para espanto de Parise: “é normal morrer 50% de um grupo no contato” (Fiorello Parise, entrevista ao autor, 2002).

É preciso assinalar que a *ética política* de alguns sertanistas – entre eles Francisco Meirelles – acompanhava uma progressiva idealização do “homem novo”, o “autêntico homem do povo” (Ridenti, [s.d.], p. 2) que construiria a nova nação brasileira. Era a busca das raízes do povo brasileiro no passado, colocando “o problema da identidade nacional e política do povo brasileiro” (idem), presente principalmente nos questionamentos de Meirelles sobre o destino dos índios na sociedade brasileira. Discutia-se o destino dos índios associado ao destino do Brasil, enquanto índios *integrados* ou como *monumento vivo*. Entretanto, essa *ética política* não resistiu à necessidade de estabelecimento de uma rede de relações de favorecimento, principalmente dentro das instâncias regionais da FUNAI. As entrevistas e depoimentos realizados na pesquisa permitiram a revelação dessa realidade não relatada nos documentos e impossível de ser captada de outra forma: a constante negociação de recursos e poder, sujeitando os servidores entre si, contrapondo-os em redes de troca e interesses partilhados (cf. Bezerra, 1995).

Esse paradoxo fazia com que Francisco Meirelles também adotasse esse perfil ao justapor literalmente suas posições *progressistas* (politizadas) ao desenvolvimento econômico do país, mascarando o sentido dos projetos governamentais. Essa “despolitização” possibilitava alianças com políticas espúrias e conservadoras, antes, durante e depois do regime militar. Todos os sertanistas que ascenderam a posições de projeção, detendo capital simbólico significativo, praticaram um *jogo de cintura* político (Freire, 2005).

Francisco Meirelles deteve autoridade carismática – outorgada pela imprensa – apenas no contexto de pacificações famosas (principalmente Xavante), carisma progressivamente perdido por Meirelles devido a seu envolvimento em pacificações polêmicas e conflitos políticos e administrativos. Em 1974, Meirelles foi agraciado com a medalha do mérito indigenista, na categoria *post mortem*.

Notas

¹ Meirelles começava a acumular capital simbólico como capital de reconhecimento ou consagração (Bourdieu, 1990, p. 170).

² O pesquisador Expedito Arnaud detalha alguns fatos da gestão de Meirelles no seu livro *O índio e a expansão nacional* (1989).

³ V. *Folha Vespertina* (Belém/PA) de 30/1/1950; 12/7/1951; 14/7/1951; 17/7/1951; 14/2/1952; 18/8/1953; *Folha do Norte* (Belém/PA) de 25/1/1951; 17/2/1952.

⁴ De acordo com o art. 214 e seus parágrafos da lei n. 1711, de 28/10/1952. Portaria Ministerial n. 297, de 13/10/1967, publicada no D.O.U. de 26/10/1967.

⁵ Esta é a versão divulgada no relatório de Meirelles, que não fala numa *Operação Cinta Larga* nem na participação estadual e municipal no plano de atração, citadas por Dal Poz (1994, p. 32).

⁶ Pela Portaria n. 271, de 28/11/1969, Francisco Meireles é enquadrado como assistente técnico de nível médio na profissão de Sertanista Classe C do Grupo V das NBCRP da FUNAI, a partir de 1/12/1969.

⁷ Assistente do Diretor Geral de Estudos e Pesquisas (DGEP), Port. n. 404/P, de 31/12/1971; Supervisor dos trabalhos de atração nas rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, Port. 171/P, de 6/6/1972; Assistente da COAMA, Port. 100/P, de 28/2/1973.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. As bibliotecas marxistas e as escolas de partido. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 35-46, jun. 1983.

ARNAUD, Expedito. *O índio e a expansão nacional*. Belém: CEJUP, 1989.

BANDEIRA, Alípio. *Jauapery*. Manaus: [s.n.], 1926.

BANDEIRA, Dulcina. *Antes que seja tarde*: biografia de Alípio Bandeira. Rio de Janeiro: [s.n.], 1979.

BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário*: memórias. Rio de Janeiro: Ed. Melso. [s.d.].

BEZERRA, Gregório. *Memórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. v.1.

BEZERRA, Marcos Otávio. *Corrupção*: um estudo sobre poder público e relações pessoais no Brasil. Rio de Janeiro: ANPOCS/Relume Dumará, 1995.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BUCKER, Hélio Jorge; BUCKER, Ivete B. *Um pracinha entre os índios*: tomo II. Campo Grande: Associação de Novos Escritores de MS, 2000.

CAMARGO, Aspásia Alcântara. A questão agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira*: o Brasil republicano, v. 10. São Paulo: Difel, 1986, p. 121-224.

CANALE, Dario. A Internacional Comunista e o Brasil (1920-1935). In: _____ et al. (Org.). *Novembro de 1935 meio século depois*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 95-142.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Notas sobre uma estilística da Antropologia. In: CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto; RUBEN, Guillermo (Orgs.). *Estilos de Antro-*

pologia. Campinas: Ed. UNICAMP, 1995. p. 177-90.

CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

DAL POZ, João. Laudo histórico: antropológico 'Ação de reintegração de posse, cumulada com perdas e danos', Processo n. 17.452/86 - V - 2ª Vara da Justiça Federal, seção do Estado de Mato Grosso. In: MALDI, Denise (Org.). *Direitos indígenas e Antropologia: laudos periciais em Mato Grosso*. Cuiabá: Ed. UFMT, 1994. p. 11-95.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

_____. *O comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ESTIGARRÍBIA, Antônio Martins V. Trecho de um relatório apresentado pelo Inspetor Antônio Estigarríbia à diretoria do Serviço de Proteção aos Índios no ano de 1912, relativamente aos índios do rio Doce. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo*, Vitória, v. 7, p. 20-52, 1934.

FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. *Indigenismo e antropologia: o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI) na gestão Rondon (1939-1955)*. 1990. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 1990.

_____. *Sagas sertanistas: práticas e representações do campo indigenista no século XX*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - PPGAS/MN, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

GARFIELD, Seth. *Indigenous struggle at the heart of Brazil*. Durham: Duke University Press, 2001.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

HEMMING, John. *Die if you must: brazilian indians in the twentieth century*. Londres: Macmillan, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1975.

_____. *Monções*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro: 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

LEACH, Edmund R. *Sistemas políticos de la Alta Birmania*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da "proteção fraternal" no Brasil. In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Marco Zero/Ed. UFRJ, 1987. p. 149-204.

_____. Indigenismo no Brasil: migração e reapropriações de um saber administrativo. In: L'ESTOILE, Benoît de et al. (Org.). *Antropologia, impérios e Estados nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 159-86.

MACIEL, Laura Antunes. *A nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da "Comissão Rondon"*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1998.

MARTINS JÚNIOR, Carlos. *Apontamentos para uma leitura de Rondon e da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas*. Tese (Doutorado em História) - FFLCH - USP, São Paulo, 2001.

- MEIRELES, Silo. *Brasil Central: notas e impressões*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.
- MEIRELLES, Apoena. Chico Meirelles, meu pai. *Boletim Informativo da FUNAI*, Brasília, ano 2, n. 7, p. 11-4, 2. trim. 1973.
- MENEZES, Maria Lúcia Pires. *Parque Indígena do Xingu: construção de um território estatal*. Rio de Janeiro: Ed. UNICAMP, 2000.
- MISSÃO RONDON. *Apontamentos sobre os trabalhos realizados pela Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas, sob a direção do Coronel de Engenharia Cândido Mariano da Silva Rondon de 1907 a 1915*. Brasília: Senado Federal/ Conselho Editorial, 2003.
- MONTEIRO, John Manuel. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Índios no Brasil*. São Paulo: SMC, 1992, p. 105-120.
- _____. *Negros da terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- _____. Os caminhos da memória: paulistas e índios no códice Costa Matoso. *Vária História*, Belo Horizonte, n. 21, p. 86-99, 1999.
- MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Relatório sobre a situação atual dos índios Kayapó. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 2, n. 1 e 2, p. 49-64, 1959.
- _____. *Os índios e a ordem imperial*. Brasília: CGDOC/FUNAI, 2005. OLIVEIRA, Acary de Passos; AMADO, Lúcia. Francisco Meirelles, o “Imuman”. Goiânia: IGPA. [s.d.] (MS).
- RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro : SIA/MA, 1962.
- RIDENTI, Marcelo. *Cultura e política: enterrar os anos 60?* Campinas: [s.n.], [19__?]. (MS).
- RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Dir.). *História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano*. São Paulo: Difel, 1986. v. 10, p. 361-443.
- SIGAUD, Lygia. Apresentação. In: LEACH, Edmund R. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: EDUSP, 1996. p. 9-45.
- SILVA, Aracy Lopes da. Dois séculos e meio de história Xavante. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras / SMC / FAPESP, 1992. p. 357-78.
- SILVA, Hélio. 1935: a revolta vermelha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- SOUZA, Lincoln de. *Entre os Xavantes do Roncador*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1952.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- ‘VIDA e idéias de Meireles’. *Revista de Atualidade Indígena*, Brasília, n. 21, p. 54-9, jul.-ago. 1981.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*, v. 2. Brasília: Ed. UnB, 2000.

Recebido em 9 de fevereiro de 2007.

Aprovado para publicação em 10 de março de 2008a\.